



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ

CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE:

Remodelação do Largo Conselheiro Aires de Ornelas

- Camacha -

CADERNO DE ENCARGOS

Parte I

Cláusulas gerais

Capítulo I

Disposições iniciais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento na modalidade de concurso público, que tem por objeto principal a remodelação do Largo Conselheiro Aires de Ornelas, mais conhecido por Largo da Achada, localizado na freguesia da Camacha, concelho de Santa Cruz, indo ao encontro das necessidades da população e dos desafios futuros desta freguesia.

Cláusula 2.^a

Disposições por que se rege a empreitada

- 1 - A execução do contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, doravante designado por “CCP”, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetiva legislação complementar;
 - c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro e respetiva legislação complementar, que estabelece as condições de segurança no trabalho desenvolvido em estaleiros;
 - d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
 - e) Às regras da arte.
- 2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato:
 - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo código;
 - b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - d) O caderno de encargos;
 - e) As especificações técnicas;
 - f) A proposta adjudicada;
 - g) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
 - h) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.^a

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

- 1 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

3 - No caso de divergência entre as várias peças do procedimento:

- a) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º do CCP;
- b) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do procedimento.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a h) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo código.

Cláusula 4.ª **Esclarecimento de dúvidas**

1 - As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 - No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3 - O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.ª **Projeto**

O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento.

Capítulo II **Obrigações do empreiteiro**

Secção I **Preparação e planeamento dos trabalhos**

Cláusula 6.ª **Preparação e planeamento da execução da obra**

1 - O empreiteiro é responsável:

- a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea g) do n.º 4 da presente cláusula.

2 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.

3 - O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

4

- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
- c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventia que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
- d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste, incluindo a reposição de todas condições existentes anteriores à empreitada.

4 - A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
- b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
- c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
- d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
- e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
- f) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP, e sua aprovação pelo dono da obra;
- g) Caso se aplique ao procedimento a elaboração de documento do qual conste, o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, ou, a elaboração de fichas de procedimentos de segurança, deve-se analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

Cláusula 7.ª

Plano de trabalhos e plano de trabalhos ajustado

1 - O plano de trabalhos destina-se, com respeito pelo prazo de execução da obra, à fixação da sequência e dos prazos parciais de execução de cada uma das espécies de trabalhos previstas e à especificação dos meios com que o empreiteiro se propõe executá-los, bem como à definição do correspondente plano de pagamentos.

2 - O plano de trabalhos e o respetivo plano de pagamentos deve ser ajustado pelo empreiteiro, em caso de prorrogação do prazo de execução, de deteção de erros e omissões reclamados na fase de execução ou quando haja lugar a trabalhos complementares.

3 - O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de execução da obra, nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4 - O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:

- a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
- b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão de obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

9

d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

5 - O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado, caso se aplique ao procedimento.

Cláusula 8.ª

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1 - O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2 - No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de trinta dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

3 - Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

4 - Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

6 - Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

7 - Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Secção II

Prazos de execução

Cláusula 9.ª

Prazo de execução da empreitada

1 - O empreiteiro obriga-se a:

- a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, e o atraso não seja imputável ao empreiteiro;
- b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;
- c) Concluir a execução da obra no prazo de **cento e oitenta dias** a contar da data estipulada na alínea a).

2 - No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3 - Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

9

Cláusula 10.ª

Cumprimento do plano de trabalhos

- 1 - O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.
- 2 - Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.
- 3 - No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª.

Cláusula 11.ª

Multas por violação dos prazos contratuais

- 1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no artigo 329.º do CCP.
- 2 - No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
- 3 - O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato.

Cláusula 12.ª

Atos e direitos de terceiros

- 1 - Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de dez dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
- 2 - No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.
- 3 - O disposto no número anterior é também aplicável, com as necessárias adaptações, quando estejam em causa pessoas, singulares ou coletivas, diretamente afetadas pelos trabalhos.

Secção III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 13.ª

Condições gerais de execução dos trabalhos

- 1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras de arte e em perfeita conformidade com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
- 2 - Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.
- 3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

9

Cláusula 14.^a
Erros ou omissões

- 1 - O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.
- 2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos complementares que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.
- 3 - Quando os trabalhos complementares resultem de circunstâncias não previstas, pode ser ordenada a sua execução, quando o preço desses trabalhos, incluindo o de anteriores trabalhos complementares igualmente decorrentes de circunstâncias não previstas, não exceda 10% do preço contratual. E, o somatório do preço contratual com o preço atribuído aos trabalhos complementares não exceda o limite previsto na alínea b) do artigo 19.º do CCP.
- 4 - O dono da obra é responsável pelo pagamento dos trabalhos complementares cuja execução ordene ao empreiteiro.
- 5 - O empreiteiro deve, no prazo de sessenta dias contados da data da consignação, reclamar sobre a existência de erros ou omissões do caderno de encargos, salvo dos que só sejam detetáveis durante a execução da obra, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares.
- 6 - O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos complementares que, não podendo objetivamente ser detetados na fase de formação do contrato, também não tenham sido por ele identificados no prazo de trinta dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

Cláusula 15.^a
Alterações propostas pelo empreiteiro

- 1 - Sempre que propuser qualquer alteração à obra, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.
- 2 - Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.
- 3 - Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Cláusula 16.^a
Menções obrigatórias no local dos trabalhos

- 1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo número de alvará ou número de certificado de empreiteiro de obras públicas ou dos documentos previstos na portaria referida no n.º 2 do artigo 81º do CCP e de acordo com o ponto 17 do Anexo da Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro, da Secretaria-Geral.
- 2 - O livro de registo da obra ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos, devendo o mesmo ser entregue ao diretor de fiscalização aquando do final da obra ou da sua receção provisória.
- 3 - O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o caderno de encargos, o clausulado contratual e os demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
- 4 - O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

5 - No estaleiro de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 17.ª

Ensaaios

1 - Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra, nomeadamente ao betão, às condutas, e às compactações de terrenos, bem como quaisquer outros indicados nos elementos de solução da obra, para verificação das suas características e comportamentos, são os previstos nos regulamentos em vigor respetivos e constituem encargo do empreiteiro.

2 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.

3 - No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, por conta do dono da obra.

Cláusula 18.ª

Medições

1 - As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto ou não devidamente ordenados pelo dono da obra, são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2 - Não são contabilizados os trabalhos realizados pelo empreiteiro que não tenham sido expressamente autorizados pelo dono da obra.

3 - As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao décimo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam, salvo se se afigurar necessária a utilização de outros meios, não disponíveis nesse prazo, caso em que não poderá ser excedido o prazo de vinte dias úteis.

4 - Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

- a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que tiverem sido adotados pelo projetista.

Cláusula 19.ª

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2 - No caso de o dono da obra vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, terá direito de regresso contra o fornecedor por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

Cláusula 20.ª

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1 - O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 - Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do contrato ou outros prejuízos.

9

3 - Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 - No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

- a) Prorrogação do prazo do contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;
- b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 21.ª

Outros encargos do empreiteiro

1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos.

2 - Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato.

Secção IV

Pessoal

Cláusula 22.ª

Obrigações gerais

1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 - A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 - As quantidades e a qualificação profissional da mão de obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 23.ª

Horário de trabalho

1 - O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com a antecedência mínima de três dias úteis, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

2 - O prazo previsto no número anterior não será aplicável quando surjam situações imprevistas, desde que a realização de tais trabalhos seja devidamente autorizada pelo diretor de fiscalização.

9

Cláusula 24.ª

Segurança, higiene e saúde no trabalho

- 1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
- 2 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
- 3 - No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.
- 4 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 31.ª.
- 5 - O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, e/ou perante o coordenador de segurança do dono da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

Cláusula 25.ª

Resíduos da construção e demolição

- 1 - É da responsabilidade do empreiteiro todos os custos inerentes à gestão e colocação em vazadouro devidamente credenciado, de todos os resíduos da construção e demolição.

Capítulo III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 26.ª

Preço base e condições de pagamento

- 1 - O dono da obra dispõe-se a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato o valor máximo de **400 000,00 euros, acrescido de IVA** à taxa legal em vigor, o qual constitui o **preço base**.
- 2 - Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total constante da proposta apresentada, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto, pela execução do contrato.
- 3 - Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 18.ª.
- 4 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de sessenta dias após a apresentação da respetiva fatura.
- 5 - As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.
- 6 - Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
- 7 - No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

8 - O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 27.ª

Condições de faturação e pagamento

As faturas eletrónicas deverão ser emitidas em observância ao artigo 299.º-B do CCP, com as respetivas alterações e ser enviada em formato “pdf” ou semelhante para o endereço de correio eletrónico: contabilidade@cm-santacruz.pt .

Cláusula 28.ª

Adiantamentos ao empreiteiro

1 - O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.

2 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.

3 - Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4 - A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 29.ª

Descontos nos pagamentos

Os pagamentos parciais ao empreiteiro serão realizados sem qualquer dedução, quer para reforço de caução quer para garantia, salvo nas situações previstas na cláusula 28.ª.

Cláusula 30.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 31.ª

Revisão de preços

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão de obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula polinomial tipo para os trabalhos a concurso.

2 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

9

Secção V Seguros

Cláusula 32.^a Contratos de seguro

- 1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
- 2 - O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exhibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
- 3 - O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
- 4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.
- 5 - O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
- 6 - Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
- 7 - Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.
- 8 - Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 33.^a Outros sinistros

- 1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos às obras pelos subempreiteiros se encontram seguros.
- 2 - O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.
- 3 - O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anteriores deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).
- 4 - No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2 a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

9

Capítulo IV
Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 34.^a
Representação do empreiteiro

- 1 - Durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 2 - O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a qualificação mínima de engenheiro técnico.
- 3 - Após a assinatura do contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
- 4 - As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
- 5 - O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
- 6 - O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
- 7 - Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
- 8 - O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea g) do n.º 4 da cláusula 6.^a.

Cláusula 35.^a
Representação do dono da obra

- 1 - Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra.
- 2 - O dono da obra notifica o empreiteiro, da identidade do diretor de fiscalização da obra que designa para a fiscalização dos trabalhos, até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
- 3 - O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando quando se verifique a necessidade de proceder a alterações/modificações objetivas do contrato, à aplicação de sanções ou à resolução do mesmo.

Cláusula 36.^a
Gestor do Contrato

Em cumprimento do disposto, na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A, do CCP, o dono da obra designou um gestor do contrato para acompanhamento permanente da execução deste, com a seguinte identificação: Nome: Isabel Alexandra Santos Charneca; Serviço: Secção de Obras Públicas; Contacto: 291520100; Endereço eletrónico: isabelc@cm-santacruz.pt.

9

Cláusula 37.ª

Livro de registo da obra

1 - O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 - Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:

- a) Nomes dos principais agentes da fiscalização, bem como dos principais responsáveis pela execução da obra por parte do empreiteiro, podendo qualquer um desses técnicos vistoriar a obra e registar as suas observações e reparos nas folhas do livro;
- b) Transmissão de ordens diretas, por parte de alguma das entidades previstas na alínea anterior;
- c) Dúvidas relativas aos documentos contratuais que regem a empreitada, o esclarecimento das mesmas e as medidas acordadas;
- d) Desenvolvimento dos trabalhos, nomeadamente, das subempreitadas, com indicação do início e conclusão das diferentes atividades;
- e) Atrasos da execução em relação ao plano de trabalhos contratual, as suas incidências sobre os prazos e custos contratualmente estabelecidos e as medidas corretivas adotadas;
- f) Verificação da qualidade dos trabalhos executados, apreciações dos materiais e elementos de construção, com indicação dos ensaios efetuados, nas condições estabelecidas no n.º 11 das cláusulas gerais deste caderno de encargos;
- g) Todas as ordens que sejam necessárias para a condução, disciplina e segurança dos trabalhos.

Capítulo V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 38.ª

Receção provisória

1 - A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 - No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 - O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 39.ª

Prazo de garantia

1 - Com base no Despacho Normativo n.º 9/2014, do Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, o prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

- a) **10 anos** para os defeitos que incidam sobre **elementos construtivos estruturais**;
- b) **5 anos** para os defeitos que incidam sobre **elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas**;
- c) **2 anos** para os defeitos que incidam sobre **equipamentos** afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

2 - No mapa seguinte, encontram-se identificados e discriminados por itens os elementos construtivos que são considerados **estruturais**:

9

Art.º	Designação dos trabalhos	Uni
2	ESTRUTURA DE BETÃO ARMADO	
2.1	Fornecimento e colocação de betão de limpeza das fundações NP EN 206-1: C12/15-22 X0(P) Cl 1,0 D _{máx} .22, S2, com 10cm de espessura, incluindo limpeza e regularização da base e todos os equipamentos e materiais necessários conforme Caderno de Encargos:	m ²
2.2	Fornecimento e colocação de betão armado branco da classe NP EN 206-1: C25/30; XC2(P); CL 0.40; D _{max} 22; S3, incluindo moldes, escoramentos e armaduras da classe A500NR, conforme Caderno de Encargos:	
2.2.1	Na execução de bancos / muretes	m ³
2.2.2	Na execução de bancadas	m ³
3	REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS	
3.1	Execução de compactação de fundo caixa existente com uma espessura média de 20cm, incluindo equipamentos, mão de obra e todos os trabalhos e materiais necessários.	m ²
3.2	Fornecimento e aplicação de uma camada de Tout-venant com uma espessura média de 15cm, incluindo compactação, equipamentos, mão de obra e todos os trabalhos e materiais necessários.	m ²
3.3	Fornecimento e aplicação de manta geotextil com 200g/m ² , incluindo equipamentos, mão de obra e todos os trabalhos e materiais necessários.	m ²
3.4	Fornecimento e aplicação de uma camada de brita n.º2 com uma espessura média de 15cm, incluindo compactação, equipamentos, mão de obra e todos os trabalhos e materiais necessários.	m ²
3.5	Fornecimento e aplicação de uma camada de pó de pedra com uma espessura média de 10cm, sobre pavimentos existentes, incluindo compactação, equipamentos, mão de obra e todos os trabalhos e materiais necessários.	m ²

3 – No mapa seguinte, encontram-se identificados e discriminados por itens os elementos construtivos que são considerados **não estruturais** ou **instalações técnicas**:

Art.º	Designação dos trabalhos	Uni
3	REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS	
3.6	Fornecimento e execução de pavimento em betão afagado, exterior, na execução pavimentos, constituído por uma camada de Betão Armado NP EN 206-1: C20/25; XC3(P); Cl0,40; D _{máx} .22; S2 e armadura em malha sol AQ 30 com 0,15m de espessura, incluindo cofragem e todos os trabalhos e materiais necessários.	m ²
3.7	Fornecimento e aplicação de pavimento contínuo drenante para uso pedonal, de 40mm de espessura, realizado "in situ", tipo Terraway ou equivalente, com argamassa à base de resinas e agregados de cores seleccionados com granulometria 7/10mm, com uma resistência à flexão-tração de 23,1kp/cm ² , uma resistência à compressão de 45,2kp/cm ² e uma capacidade drenante de 800l/(m ² ·min), sobre camada de 30mm de material granular, incluindo equipamentos, mão de obra e todos os trabalhos e materiais necessários.	m ²
3.8	Fornecimento e aplicação revestimento de pavimentos exteriores com tráfego hexagonal, assente sobre camada de pó de pedra, incluindo cimento, betomagem de juntas com areia e cimento, compactação, equipamentos, mão de obra e todos os trabalhos e materiais necessários.	m ²
4	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	
4.2	Fornecimento de pó de pedra para assentamento da tubagem, de acordo com peças desenhadas do Projeto	m ³
4.3	Aterro com terra da própria vala, cirandada, limpa de pedras, torrões compactos e raízes, incluindo compactação com pilão manual (peso não superior a 4Kg), incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários.	m ³
4.4	Fornecimento e colocação de tubo geodreno 100mm semiperfurado com manta geotextil de 150g/m ² envolvido em bolsa com 40x40 em geotextil com brita n.º3 para drenagem das águas, incluindo ligação às caixas de drenagem da rede pluvial de acordo com as Peças Desenhadas	ml

4.5	Execução da ligação da rede de águas pluviais à rede existente, incluindo reposição dos pavimentos existentes, todos os acessórios, todos os trabalhos, equipamentos, mão de obra, materiais e meios necessários ao seu perfeito funcionamento de acordo com as peças desenhadas	
4.6	Fornecimento e assentamento de tubo de PVC - U (Policloreto de Vinilo) PN10, incluindo forquilha, curvas, fixações, maciços, bocas de limpeza e vedantes	vg
4.6.1	Ø 250mm	ml
4.6.2	Ø 200mm	ml
4.6.3	Ø 160mm	ml
4.6.4	Ø 14 mm	ml
4.6.5	Ø 125mm	ml
4.6.6	Ø 110mm	ml
4.7	Fornecimento e montagem de caleira pré-fabricada de betão polímero, com 1000mm de comprimento, 135mm de largura interior e 150mm de altura, incluindo escavação, grelha de ferro fundido dúctil, classe C-250 segundo NP EN 124, com sistema de segurança, base de assentamento em betão simples C16/20 (X0(P); D25; S2; Cl 0,4), acessórios de montagem, peças especiais e elementos de fixação.	ml
4.8	Execução de caleira em betão C20/25 (X0(P); D25; S2; Cl 0,4), com 100x100mm (medidas interiores), incluindo escavação, grelha de ferro fundido dúctil, classe C-250 segundo NP EN 124, com sistema de segurança, base em betão simples C16/20 (X0(P); D25; S2; Cl 0,4), cofragem, regularização acessórios de montagem, peças especiais e elementos de fixação.	ml
4.9	Execução de caleira em betão C20/25 (X0(P); D25; S2; Cl 0,4), com 100x20mm (medidas interiores), incluindo escavação, base em betão simples C16/20 (X0(P); D25; S2; Cl 0,4), cofragem, regularização acessórios de montagem, peças especiais e elementos de fixação.	ml
4.10	Fornecimento e execução de sumidouro com grelha e aro em ferro fundido dúctil C250 com 57x24x30, incluindo caixa em betão C16/20 para recolha de águas com caleiras de concordância de fundo.	un
4.11	Execução de caixas de visita e inspeção com 0,90x0,90m e profundidade variável, em alvenaria de blocos de cimento devidamente revestidas com argamassa de cimento e areia ao traço 1:3, incluindo tampa e aro em ferro fundido com 0,60x0,60m (C250), rebaixadas para receber acabamento idêntico à zona envolvente onde se inserem, incluindo inscrições na tampa do fim a que se destina e todos os materiais necessários para a sua boa execução.	un
5	REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS	
5.2	Fornecimento de pó de pedra para assentamento da tubagem, de acordo com peças desenhadas do Projeto	m³
5.3	Aterro com terra da própria vala, cirandada, limpa de pedras, torrões compactos e raízes, incluindo compactação com pilão manual (peso não superior a 4Kg), incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários.	m³
5.4	Execução da ligação da rede de águas residuais à rede existente, incluindo reposição dos pavimentos existentes, todos os acessórios, todos os trabalhos, equipamentos, mão de obra, materiais e meios necessários ao seu perfeito funcionamento de acordo com as peças desenhadas	vg
5.5	Fornecimento e assentamento de tubo de PVC - U (Policloreto de Vinilo) PN10, incluindo forquilha, curvas, fixações, maciços, bocas de limpeza e vedantes	
5.5.1	Ø 110mm	ml
5.5.2	Ø 200mm	ml
5.6	Execução de caixas de visita, para serviço de apoio às construções de eventos provisórios, em alvenaria de blocos de cimento devidamente revestidas com argamassa de cimento e areia ao traço 1:3, incluindo tamponamento da tubagem, tampa e aro em ferro fundido com 0,60x0,60m, rebaixadas para receber acabamento idêntico à zona envolvente onde se inserem, incluindo inscrições na tampa do fim a que se destina e todos os materiais necessários para a sua boa execução.	un

5.7	Execução de caixas de visita e inspeção com 0,90x0,90m e profundidade variável, em alvenaria de blocos de cimento devidamente revestidas com argamassa de cimento e areia ao traço 1:3, incluindo tampa e aro em ferro fundido com 0,60x0,60m (C250), rebaixadas para receber acabamento idêntico à zona envolvente onde se inserem, incluindo inscrições na tampa do fim a que se destina e todos os materiais necessários para a sua boa execução.	un
6	REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	
6.2	Fornecimento de pó de pedra para assentamento da tubagem, de acordo com peças desenhadas do Projeto	m ³
6.3	Aterro com terra da própria vala, cirandada, limpa de pedras, torrões compactos e raízes, incluindo compactação com pilão manual (peso não superior a 4Kg), incluindo todos os trabalhos e acessórios necessários.	m ³
6.4	Execução da ligação da rede de abastecimento de águas à rede existente, incluindo reposição dos pavimentos existentes, todos os acessórios, todos os trabalhos, equipamentos, mão de obra, materiais e meios necessários ao seu perfeito funcionamento de acordo com as peças desenhadas	vg
6.5	Fornecimento e colocação da rede em tubos de polietileno de alta densidade (PEAD) , Classe de pressão PN 16 incluindo cotovelos, tês, sistemas de fixação e demais acessórios necessários ao seu funcionamento, respeitando o traçado proposto no projeto de especialidade:	
6.5.1	Ø 20mm	ml
6.5.2	Ø 25mm	ml
6.5.3	Ø 32mm	ml
6.6	Execução de caixas de visita, para serviço de apoio às construções de eventos provisórios, em alvenaria de blocos de cimento devidamente revestidas com argamassa de cimento e areia ao traço 1:3, incluindo tamponamento da tubagem, tampa e aro em ferro fundido com 0,60x0,60m (C250), rebaixadas para receber acabamento idêntico à zona envolvente onde se inserem, incluindo inscrições na tampa do fim a que se destina e todos os materiais necessários para a sua boa execução.	un
7	REDE DE BAIXA TENSÃO - BT	
7.1	REDE DE TUBAGEM	
7.1.1	Fornecimento e colocação de tubagem em vala, incluindo o fornecimento e envolvimento dos tubos em betão e todos os trabalhos de abertura e fecho de vala e reposição da mesma, conforme indicações de projeto:	
7.1.1.1	2 Ø 110	m
7.1.1.2	2 Ø 90	m
7.1.1.3	Ø 90	m
7.1.1.4	Ø 50	m
7.2	Fornecimento e montagem e instalação de câmaras de visita tipo, incluindo todos os trabalhos de construção civil, fornecimento e colocação do aro e tampas e todos os acessórios, conforme indicações de projeto	
7.2.1	CV-B dim 0,75x0,75x0,95	un
7.2.2	CV-C dim 0,6x0,6x0,8	un
7.2.3	CV-D dim 0,4x0,4x0,6	un
7.3	Fornecimento de tampões para tubo:	
7.3.1	Ø 110	un
7.3.2	Ø 90	un
7.3.3	Ø 50	un
7.4	Rede de cabos	
7.4.1	Fornecimento, instalação em tubagem e ligação, de cabo de baixa tensão, incluindo todos os acessórios de ligação	
7.4.1.1	LXV 3x95+50	m
7.4.1.2	LXV 3x25+16	m
7.4.1.3	LXV 3x16+10	m
7.5	Armários de distribuição	
7.5.1	Fornecimento e instalação de AD.LA equipado de acordo com desenhos de projeto c/pedestal, incluindo todos os trabalhos de construção civil associados	un
7.5.2	Fornecimento e instalação de AD.IP equipado de acordo com desenhos de projeto c/pedestal, incluindo todos os trabalhos de construção civil associados	un

9

7.5.3	Fornecimento e instalação de AD.Palco equipado de acordo com desenhos de projeto c/pedestal, incluindo todos os trabalhos de construção civil associados	un
7.5.4	Fornecimento e instalação de AD.B equipado de acordo com desenhos de projeto c/pedestal, incluindo todos os trabalhos de construção civil associados	un
7.5.5	Fornecimento e instalação de AD.Campo equipado de acordo com desenhos de projeto c/pedestal, incluindo todos os trabalhos de construção civil associados	un
7.5.6	Fornecimento, instalação e ligação de eletrodo de terra, incluindo, condutor, acessórios de ligação e todos os trabalhos de construção civil associados	un
8	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - IP	
8.1	Colunas de Iluminação pública e luminárias	
8.1.1	Execução de maciço para instalação de coluna de IP, conforme desenhos de projeto	un
8.1.2	Fornecimento, instalação e ligação de coluna de IP com/ou luminária totalmente eletrificada, do tipo:	
8.1.2.1	L1	un
8.1.2.2	P4	un
8.1.3	Fornecimento, instalação e ligação de eletrodo de terra, incluindo, condutor, acessórios de ligação e todos os trabalhos de construção civil associados	un
8.2	Tubagem	
8.2.1	Fornecimento e colocação de tubagem em vala, incluindo o fornecimento e envolvimento dos tubos em betão e todos os trabalhos de abertura e fecho de vala e reposição da mesma, conforme indicações de projeto:	
8.2.1.1	Ø 40	m
8.2.1.2	Ø 25	m

4 – No mapa seguinte, encontram-se identificados e discriminados por itens os elementos que são considerados **equipamentos** afetos à obra, mas dela autonomizáveis:

Art.º	Designação dos trabalhos	Uni
0	MONTAGEM, EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM	
0.1	Montagem, Exploração, Manutenção e Desmontagem do Estaleiro de apoio à obra, incluindo as correspondentes instalações, vedações / portões, sinalética, vias internas de circulação, instalações e equipamentos para pessoal Administrativo, instalações e equipamentos para pessoal Fiscalização, apoio técnico especializado, piquetagem topográfica, verificação e ensaios das redes electricas existentes nas zonas de intervenção, apoio topográfico, andaimes e plataformas de trabalho, desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde e do Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição em fase de obra e sua implementação incluindo a recuperação das áreas afetadas e entrega de telas finais.	
0.1.1	Montagem de Estaleiro, em áreas indicadas na planta geral de condicionamentos ou outras definidas pela equipa de acompanhamento técnico/fiscalização	cj
0.1.2	Exploração e Manutenção de Estaleiro, incluindo apoio e elaboração de ensaios e verificações da reutilização/reaproveitamento de materiais existentes.	cj
0.1.3	Desmontagem de Estaleiro e reposição de todas condições existentes anteriores à empreitada, incluindo a limpeza de pormenor de todas as áreas interiores e exteriores intervencionadas.	cj
1	MOVIMENTO DE TERRAS E DEMOLIÇÕES	

9

1.1	Demolição / Desactivação de todas as redes de águas, pluviais e esgotos existentes na área total de intervenção, incluindo remoção de tubagem, tubos de queda, caixas, isolamentos, acessórios, equipamentos de produção de água quente ou fria, reservatórios, preparação e selagem sempre que necessário, carga, transporte a vazadouro devidamente licenciado dos produtos sobrantes, conforme plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD).	
1.2	Demolição / Desactivação de todas as redes eléctricas e de telecomunicações existentes na área total de intervenção, incluindo remoção de tubos, cabos, fios, quadros eléctricos, armaduras, lampadas, preparação e selagem sempre que necessário, carga, transporte a vazadouro devidamente licenciado dos produtos sobrantes, conforme plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD).	m ²
1.3	Execução da demolição equipamentos e construções existentes por meios mecânicos ou manuais, incluindo carga e transporte a vazadouro devidamente licenciado, conforme plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD).	m ²
1.4	Execução da demolição elementos existentes de betão armado tais como fundações, escadas, lajes, pilares, paredes e vigas, por meios mecânicos ou manuais, incluindo reforço e protecção das zonas a manter, sempre que necessário, de acordo projecto de estruturas, demolição de elementos de ferro, carga e transporte a vazadouro devidamente licenciado, conforme plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD).	m ³
1.5	Escavação em terreno de qualquer natureza (incluindo remoção pavimentos existentes), incluindo implantação, entivação, escoramento, bombagem e esgoto de eventuais águas afluentes sempre que necessário	m ³
1.6	Transporte de terras a vazadouro autorizado, incluindo carga, transporte e indemnização de depósito de terras.	m ³
1.7	Execução da demolição de redes de vedação de parque infantil, conforme indicado na planta de vermelhos e amarelos, incluindo transporte dos produtos sobrantes a vazadouro devidamente licenciado, de acordo com o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD).	m ³
1.8	Execução da demolição de elementos de separação metálicos de zonas ajardinadas, conforme indicado na planta de vermelhos e amarelos, incluindo transporte dos produtos sobrantes a vazadouro devidamente licenciado, de acordo com o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD).	ml
1.9	Execução da desmontagem, arrumo, limpeza, reparação e montagem de equipamentos do parque infantil existente, conforme indicado na planta de vermelhos e amarelos, incluindo mão de obra, equipamentos e materiais necessários, transporte dos produtos sobrantes a vazadouro devidamente licenciado, de acordo com o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD).	ml
4	REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS	Conj
4.1	Escavação em terreno de qualquer natureza para abertura de valas, incluindo remoção de pavimentos existentes, baldeação e transporte a depósito dos produtos sobrantes, entivação e rebaixamento do nível freático se necessário.	m ³
5	REDE DE ÁGUAS RESIDUAIS	
5.1	Escavação em terreno de qualquer natureza para abertura de valas, incluindo remoção de pavimentos existentes, baldeação e transporte a depósito dos produtos sobrantes, entivação e rebaixamento do nível freático se necessário.	m ³
6	REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS	
6.1	Escavação em terreno de qualquer natureza para abertura de valas, incluindo remoção de pavimentos existentes, baldeação e transporte a depósito dos produtos sobrantes, entivação e rebaixamento do nível freático se necessário.	m ³
6.7	Fornecimento e colocação de todos os acessórios necessários à instalação da rede de águas, incluindo todos os trabalhos, equipamentos e materiais:	
6.7.1	Montagem de contador previamente fornecido pelas entidades camarárias, incluindo válvulas de corte, retenção, redutora de pressão, filtros, e respetivos acessórios conforme peças desenhadas.	un
6.7.2	Válvulas de seccionamento e de corte DN 25	un

6.8	Fornecimento e montagem de fonte de betão, dimensões 35x100x35cm, incluindo ligações, maciços de assentamento, caixas de drenagem e todos os trabalhos e meios necessários.	un
8	REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - IP	
8.3	Rede de cabos	
8.3.1	Fornecimento, instalação em tubagem e ligação, de cabo de baixa tensão, incluindo todos os acessórios de ligação	
8.3.1.1	XV 5G4	m
8.3.1.2	H07RN-F 3G2,5	m
8.4	Fornecimento e instalação de equipamento Gateway LoraWan GTW RHF2S208 da AuraLight ou equivalente, para ligação à rede LoraWan do concelho de Santa Cruz, incluindo ligação de ponto de rede internet, em local a definir pelo município.	cj
8.5	Fornecimento e instalação de controlador Smart Light ou equivalente, comunic. LoraWan com relógio em tempo real, luxímetro e relé integrado, medição de corrente, atualização de firmware OTA, IK08, IP66 com tomada Nema 7 pinos para fixação à parede ou poste com cabo até ao quadro elétrico	cj
8.6	Telas Finais	un

5 - Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos dos números anteriores é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

6 - Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

7 - Nos casos em que se fixa o prazo de garantia de 2 anos, se o cocontratante beneficiar de prazo de garantia superior ao previsto, face aos terceiros a quem tenha adquirido os bens em causa, é esse o prazo de garantia a que fica vinculado, nos termos do artigo 397.º do CCP.

8 - A liberação das garantias dos elementos indicados, serão realizadas proporcionalmente ao valor dos trabalhos libertados em cada período de garantia.

Cláusula 40.ª **Receção definitiva**

1 - No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 - A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
- b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 - No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

9

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 41.^a
Deveres de informação

- 1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.
- 2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3 - No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 42.^a
Cessão e subcontratação pelo cocontratante

- 1 - O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 2 - O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
- 3 - A subcontratação na fase de execução está sujeita a autorização do dono da obra, dependente da verificação da capacidade técnica do subcontratado em moldes semelhantes aos que foram exigidos ao subempreiteiro na fase de formação do contrato, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 4 - Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
- 5 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
- 6 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
- 7 - No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
- 8 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
- 9 - A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 43.^a
Resolução do contrato pelo dono da obra

- 1 — Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e de outros neste previstos e do direito de indemnização nos termos gerais, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;

9

- b) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
- c) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
- d) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos complementares decorridos quinze dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
- e) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;
- f) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
- g) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP.

2 — Em caso de resolução, o dono da obra deve informar o Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção e, no caso previsto na alínea a) do número anterior, a Autoridade para as Condições do Trabalho.

3 — O Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, sendo o caso, dá conhecimento da resolução do contrato à entidade que comprova a inscrição na lista oficial de empreiteiros aprovados do país de que seja nacional ou no qual se situe o estabelecimento principal do empreiteiro.

4 — O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação das sanções que se mostrem devidas nos termos da legislação que regula o exercício da atividade de construção.

Cláusula 44.ª

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e de outros neste previstos e do direito de indemnização nos termos gerais, o empreiteiro tem o direito de resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;
- b) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de cento e vinte dias, seguidos ou interpolados;
- c) Se, avaliados os trabalhos complementares e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
- d) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
 - i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
 - ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
- e) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

Cláusula 45.ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

9

Cláusula 46.^a
Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 47.^a
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 48.^a
Alvará

A classificação do alvará de empreiteiro de obras públicas deve titular as autorizações seguintes:

Categoria	Subcategoria	Classe
1 ^a	1 ^a	1
2 ^a	6 ^a	1
	8 ^a	1
	10 ^a	1
4 ^a	2 ^a	1
5 ^a	1 ^a	1
	2 ^a	1

Cláusula 49.^a
Vocabulário comum para os contratos públicos (CPV)

45000000-7 – Construção.

Cláusula 50.^a
Confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.
3. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.
4. No caso em que o adjudicatário seja autorizado pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. O adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na

demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o adjudicatário celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6. O adjudicatário obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
7. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador.
9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorre.

Cláusula 51.^a **Legislação aplicável**

Em tudo o que se encontre omissa no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o disposto no CCP, nomeadamente no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e na respetiva legislação complementar.

4

Parte II

Especificações técnicas

